

Parecer nº 115/IEF/NAR PATOSDEMINAS/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0032438/2024-87

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Ricardo Oliveira Melo	CPF/CNPJ: 955.675.856-91
Endereço: Rua Manoel Sabino, 31	Bairro: Centro
Município: Carmo do Paranaíba	UF: MG
Telefone: (34) 38512103	E-mail: andrededeus.eng@gmail.com
CEP: 38.840-000	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(x) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:
CEP:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Chapadão	Área Total (ha): 27,0306
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 17.142	Município/UF: Carmo do Paranaíba/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3114303-94DC.F9F9.B524.4470.B2BD.3018.B7D2.8207	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	7	un

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	7	un	23k	363.334	7.896.655

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		2,8466

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado antropizado			2,8466

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		1,60	m³
Madeira de floresta nativa		1,19	m³

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 30/09/2024

Data da vistoria: 02/10/2024

Data de solicitação de informações complementares: 03/10/2024 (ofício nº 141/2024 - documento nº 98730235)

Data do recebimento de informações complementares: 14/10/2024 e 04/11/2024

Data de solicitação de informações complementares: 04/11/2024 (ofício nº 149/2024 - documento nº 100905641)

Data do recebimento de informações complementares: 08/11/2024

Data de solicitação de informações complementares: 08/11/2024 (ofício nº 156/2024 - documento nº 101341504)

Data do recebimento de informações complementares: 08/11/2024

Data de emissão do parecer técnico: 11/11/2024

## 2. OBJETIVO

O objetivo desse processo é requerer o Corte ou aproveitamento de 07 árvores isoladas nativas vivas em 2,8466 hectares, para implantação de agricultura, com produção de 1,60 m³ de lenha de floresta nativa e 1,19 m³ de madeira de floresta nativa, a ser utilizada na propriedade, conforme último requerimento apresentado (documento nº 100903366).

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

#### 3.1 Imóvel rural:

O empreendimento Fazenda Chapadão, em Carmo do Paranaíba, é formado pela matrícula 17.142 (documento nº 97953051), com 27,0306 hectares de área total e 5,4075 ha de área de reserva legal compensada em outra matrícula, conforme AV-21-17142. O imóvel pertence à Messias Ribeiro de Melo, Raquel Oliveira de Melo, Reginaldo Oliveira Melo e Ricardo Oliveira Melo. Para tanto, foi apresentada a carta de anuência (documento nº 97953055), no qual os demais proprietários e seus respectivos cônjuges concordam com a intervenção pleiteada pelo Sr. Ricardo Oliveira Melo.

#### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3114303-94DC.F9F9.B524.4470.B2BD.3018.B7D2.8207 (documento nº 97953053)

- Área total: 27,0306 ha

- Área de reserva legal: 3,5813 ha

- Área de preservação permanente: 0,6068 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 22,8103 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

( ) A área está preservada: xxxxx ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR (x) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-21-17142 (documento nº 97953051)

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( ) Dentro do próprio imóvel

(x) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: [Indicar o número de fragmentos da área de reserva legal]

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. Entretanto, a localização da Reserva Legal encontra-se em outro imóvel, tendo sido compensada conforme AV-21-17142. Portanto, não foi possível verificar se a mesma encontra-se em boas condições de conservação. Todavia, devido ao tipo de intervenção requerida, corte de árvores isoladas, o Decreto Estadual nº 47.749/2019 não exige a aprovação da mesma para fins de deferimento:

*"Art. 88 – A autorização para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa, exceto o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, somente poderá ser emitida após a aprovação da localização da Reserva Legal, declarada no CAR."*

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Esse processo requer o Corte ou aproveitamento de 07 árvores isoladas nativas vivas em 2,8466 hectares, para implantação de agricultura, com produção de 1,60 m³ de lenha de floresta nativa e 1,19 m³ de madeira de floresta nativa, a ser utilizada na propriedade, conforme último requerimento apresentado (documento nº 100903366).

Taxa de Expediente: DAE nº 1401340995263, no valor de R\$ 670,52, pago em 26/07/2024 (corte de 07 árvores isoladas nativas vivas em 2,8466 ha) - (documento nº 97953131);

Taxa florestal:

1 - DAE nº 2901340995521, no valor de R\$ 20,62, pago em 26/07/2024 (volumetria: 2,79m³ de lenha de floresta nativa) - (documento nº 97953131);

2 - DAE nº 2901345128850, no valor de R\$ 58,74, pago em 14/10/2024 (volumetria: 1,19m³ de madeira de floresta nativa) - (documento nº 99438870).

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

De acordo com o IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>, o empreendimento apresenta as seguintes características:

- Vulnerabilidade natural: muito baixa
- Prioridade para conservação da flora: muito baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não existe
- Unidade de conservação: não existe
- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe
- Outras restrições: não existe

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-02-07-0 - Criação de bovinos em regime extensivo; G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Atividades licenciadas:

- Classe do empreendimento: 0

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: não passível

- Número do documento:

#### 4.3 Vistoria realizada:

Foi realizada vistoria *in loco* no empreendimento Fazenda Chapadão, no Carmo do Paranaíba, pela analista ambiental do IEF Viviane Brandão, acompanhada da estagiária de Agronomia, Maria Luíza.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana

- Solo: latossolo vermelho amarelo distrófico

- Hidrografia: o empreendimento está inserido na bacia hidrográfica federal do Rio Paranaíba - sub bacia PN2 Rio Araguari. Possui 0,6068 ha de APP de curso hídrico.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma Cerrado, fitofisionomia de Campo, de acordo com o IDE SISEMA

- Fauna: não informada

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional: não se aplica ao caso

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Esse processo requer o Corte ou aproveitamento de 07 árvores isoladas nativas vivas em 2,8466 hectares, para implantação de agricultura, com produção de 1,60 m<sup>3</sup> de lenha de floresta nativa e 1,19 m<sup>3</sup> de madeira de floresta nativa, a ser utilizada na propriedade, conforme último requerimento apresentado (documento nº 100903366).

Para tanto, foi apresentado o PIA - Projeto de Intervenção Ambiental (documento nº 97953122), elaborado sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo André de Deus Vieira, CREA MG nº 126.396 D/MG, ART nº MG20243089795 (documento nº 97953111).

De acordo com o PIA: "A finalidade da intervenção requerida é a utilização da área de 02,8466 ha de pastagens para implantação de culturas anuais e perenes."

Foi realizado o censo total com a medição de todas as árvores, sendo 1 Jatobá (*Hymenaea courbaril*), 1 Canela (*Cinnamomum verum*) e 5 Pequis (*Caryocar brasiliense*).

Durante vistoria de campo, foram conferidos alguns destes indivíduos que se encontravam em meio à capim exótico e um indivíduo em meio à lavoura de café, estando de acordo com as normas legais vigentes.

Foi também apresentado o documento "Compensação (documento nº 97953114) no qual declara que: "Com efeito, de comprovar a ocupação antrópica consolidada em áreas inseridas na Fazenda CHAPADÃO, principalmente na área objeto do processo de Corte de Árvores Nativas Isoladas, apresenta-se através do apêndice único imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth Pro com imagens da data 5/2006 comprovando a antropização da área."

Para corroborar com o assunto, foi realizada análise das imagens satélite do Google Earth Pro, observando-se que realmente a área já era antropizada antes de 2008, com presença de lavoura de café e capim exótico, sendo portanto, considerada uma área consolidada,

de acordo com a definição dada pela Lei Estadual nº 20.922/2013:

*"Art. 2º – Para os efeitos desta Lei, entende-se por:*

*I – área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;"*

Da mesma forma, traz o Decreto Estadual nº 47.749/2019, acrescentando ainda a definição de corte de árvores isoladas:

*"Art. 2º – Para efeitos deste decreto considera-se:*

*(...)*

*III – área rural consolidada: a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;*

*IV – árvores isoladas nativas: aquelas situadas em área antropizada, que apresentam mais de 2 m (dois metros) de altura e diâmetro do caule à altura do peito – DAP maior ou igual a 5,0 cm (cinco centímetros), cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si ou, quando agrupadas, suas copas superpostas ou contíguas não ultrapassem 0,2 hectare;"*

Em relação aos 5 indivíduos de *Caryocar brasiliense* (Pequi), a espécie é protegida pela Lei Estadual nº 20.308/2012:

*"Art. 2º A supressão do pequizeiro só será admitida nos seguintes casos:*

*I – quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;*

*II – em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;*

*III – em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.*

*§ 1º Como condição para a emissão de autorização para a supressão do pequizeiro, os órgãos e as entidades a que se referem os incisos do caput deste artigo exigirão formalmente do empreendedor o plantio, por meio de mudas catalogadas e identificadas ou de sementeira direta, de cinco a dez espécimes do *Caryocar brasiliense* por árvore a ser suprimida, com base em parecer técnico fundamentado, elaborado em consonância com as diretrizes do programa Pró-Pequi, a que se refere a [Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001](#), e consideradas as características de clima e de solo, a frequência natural da espécie, em maior ou menor densidade, na área a ser ocupada pelo empreendimento e a tradição agroextrativista da região.*

*§ 2º O empreendedor responsável pela supressão do pequizeiro poderá, alternativamente à exigência prevista no § 1º, optar:*

*I – pelo recolhimento de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida, à Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi, de que trata o art. 5º-A da [Lei nº 13.965, de 2001](#), observados os seguintes requisitos:*

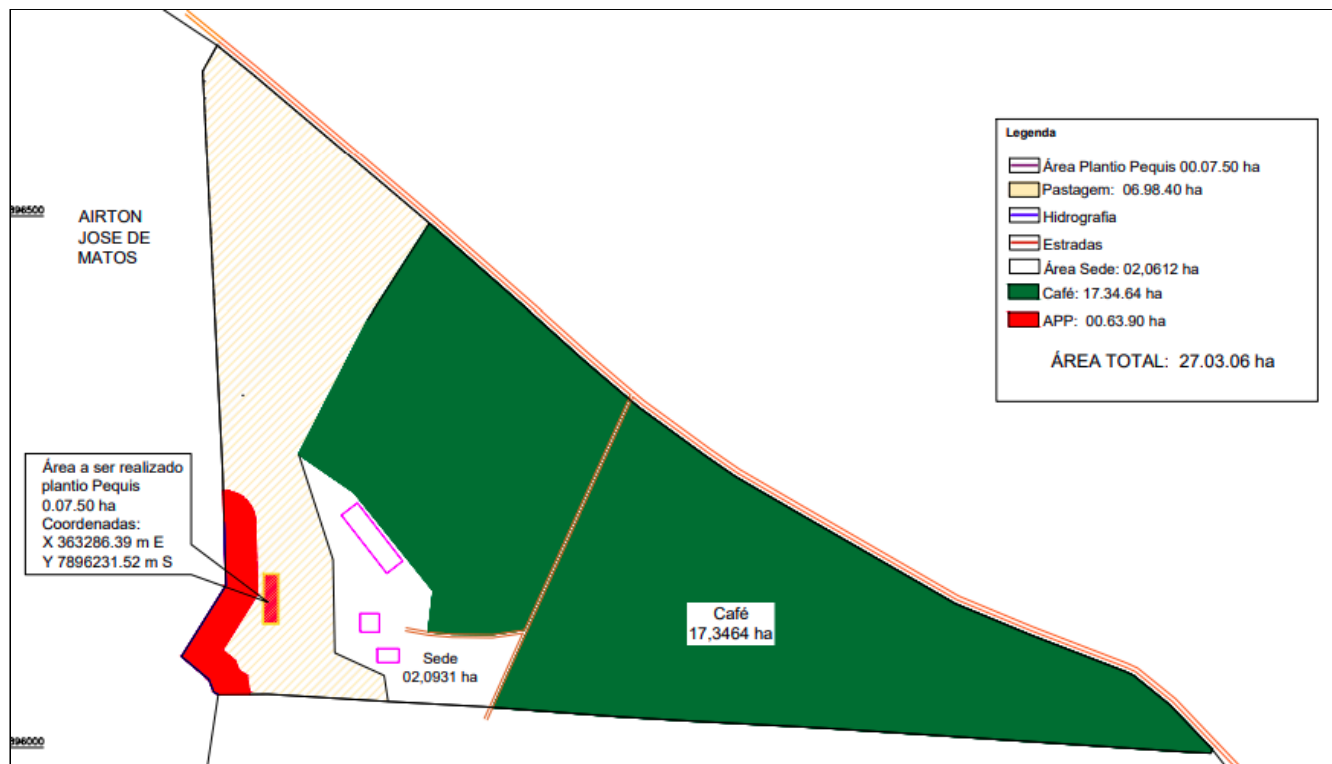
*a) nos casos previstos no inciso I do caput deste artigo, o recolhimento previsto neste inciso poderá ser utilizado para até 100% das árvores a serem suprimidas;*

*b) nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o recolhimento previsto neste inciso poderá ser utilizado para até 50% (cinquenta por cento) das árvores a serem suprimidas;"*

Como a atividade a ser implantada é a agricultura, que não é considerada nem utilidade pública e nem interesse social, adota-se o previsto no inciso III do artigo 2º, pois a área é considerada antropizada, conforme já relatado. Portanto, a supressão destes indivíduos é passível de aprovação desde que haja compensação com o plantio e/ou o recolhimento pecuniário de 50% das árvores a serem suprimidas.

De acordo com o documento Compensação (documento nº 97953114) o empreendedor manifestou interesse em estar realizando o recolhimento pecuniário de 50% das árvores a serem suprimidas. Portanto, em relação aos 5 indivíduos de Pequi, a supressão de 2 indivíduos será compensada com o recolhimento de 200 UFEMGs à Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi, antes da homologação desse processo e os outros 3 serão compensados com o plantio de 30 espécimes de *Caryocar brasiliense* (proporção de 1X10).

Para tanto, foi apresentado o documento "Anexo PTRF" - Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (documento nº 101364493) elaborado sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo André de Deus Vieira, CREA MG nº 126396D MG, ART nº MG20243483254 (documento nº 101364498), no qual é proposto o plantio de 30 mudas de pequis em um espaçamento de 5 x 5 metros. Portanto, cada pequi irá ocupar uma área de 25m². Como serão plantadas 30 mudas, as mesmas irão ocupar uma área total de 750m² ou 0,0750 ha, conforme Mapa apresentado (documento nº 101364497) e copiado abaixo:



No PTRF também foi apresentada a proposta a metodologia de coveamento e adubação, tratos culturais. A execução do mesmo será colocada como condicionante, com apresentação de relatórios anuais durante 03 anos, sob pena de sanções administrativas.

Enfim, diante da análise documental, com base na vistoria *in loco* e na legislação ambiental vigente, opino pelo **DEFERIMENTO** do Corte ou aproveitamento de 07 árvores isoladas nativas vivas em 2,8466 hectares, para implantação de agricultura, localizada na propriedade Fazenda Chapadão, em Carmo do Paranaíba, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado à utilização na propriedade.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

[Espaço destinado para o controle processual do processo.]

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de Corte ou aproveitamento de 07 árvores isoladas nativas vivas em 2,8466 hectares, para implantação de agricultura, localizada na propriedade Fazenda Chapadão, em Carmo do Paranaíba, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado à utilização na propriedade.

É de inteira responsabilidade do empreendedor a obtenção das demais licenças ambientais pertinentes às atividades desenvolvidas no empreendimento.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1 - Como serão suprimidos 5 indivíduos da espécie *Caryocar brasiliense* (Pequi), conforme previsão legal dada pela Lei Estadual nº 20.308/2012, 02 serão compensados com o recolhimento de 200 UFEMGs à Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi e os outros 3 serão compensados por meio do plantio de 30 espécimes de *Caryocar brasiliense* (proporção de 10 X 1), conforme Projeto Técnico de Reconstituição da Flora – PTRF - apresentado anexo ao processo, nas coordenadas 363.286X e 7.896.231Y, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatórios anuais, inclusive fotográficos, comprovando a execução do PTRF com o plantio de 30 indivíduos de <i>Caryocar brasiliense</i> (Pequi), durante 03 anos.	01 ano após a emissão do DAIA

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

**INSTÂNCIA DECISÓRIA**

☐ COPAM / URC    ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: Viviane Santos Brandão

MA SP: 1.019.758-0



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Santos Brandão**, Coordenadora, em 11/11/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **101399737** e o código CRC **EE49CD5D**.